

Dinheiro de hidrelétrica pode não sair

GRAÇA MAGALHÃES-RUETHER
Correspondente

BONN — O Governo alemão vai tentar impedir que o Banco Mundial libere um controvertido crédito de US\$ 500 milhões para a construção da usina hidrelétrica de Balbina, na Amazônia, segundo anunciou o Secretário de Estado no Ministério da Cooperação Econômica, Volkmar Koehler. A usina, que será em breve tema de discussão no Parlamento federal, destruirá uma grande área de florestas e as condições naturais de vida dos índios, concluiu o representante do Governo alemão.

Outra medida para acabar com a destruição da floresta Amazônica — ironicamente, só a Volkswagen, uma firma alemã, queimou dez mil hectares de florestas para a construção de uma fazenda que depois vendeu — foi a proibição de importação de madeiras tropicais.

A decisão de interromper essa importação foi tomada após a conclusão de um estudo encomendado pela Chancelaria federal ao cientista Dieter Oberndoefer, que deverá ser publicado ainda este ano, sugerindo um acordo internacional para a proibição da venda ou compra de madeira proveniente da Amazônia. O estudo

considera as medidas tomadas até agora insuficientes, enquanto que o plano do Banco Mundial para a proteção das florestas veio tarde demais e não acaba com o seu uso comercial.

Em 1987, foram consumidos na Alemanha 1,8 milhão de metros cúbicos de madeira de florestas tropicais, usadas principalmente na construção civil, de móveis, decoração interior de automóveis, saunas, quadras esportivas e paredes de proteção contra o barulho de ruas. A administração da cidade de Oldenburg importou madeira tropical recentemente, destinada à construção de uma muralha para reduzir o ruído de uma autoestrada ao longo de toda a cidade.

● **COMPULSÓRIO** — Amanhã, o Tribunal Federal de Recursos julgará 1.002 processos, um recorde, contra a cobrança do empréstimo compulsório, instituído em 1986, sobre o preço de veículos de passeio. O Tribunal já julgou 530 processos sobre o compulsório, em sua maioria apelações em mandado de segurança, declarando a constitucionalidade do empréstimo. O resultado do julgamento de amanhã é presumível, considerando outras decisões da Justiça, e o Governo deve recorrer ao Supremo Tribunal Federal, pois já espera perder. Mas, só receberá o dinheiro de volta quem tiver entrado ou entrar na Justiça.